



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

**PREGAO ELETRÔNICO Nº 060/2015  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**TERMO DE COMPROMISSO Nº528/2015/SMMUA DE REGISTRO DE  
PREÇOS DO PREGÃO ELÊTRONICO Nº 060/2015**

O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, com sede nesta cidade, Largo Engenheiro João Fernandes Moreira, nº s/nº, inscrito no CNPJ nº 88.566.872/0001-62, através do Gabinete de Compras e Licitações Públicas – GCLC, sito à Rua General Bacelar, nº264 – 2º andar, neste ato representado pelo Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, Sr. Ademir Giambastiani Casartelli, inscrito no CPF sob nº 139.673.040-00, conforme delegação de competência estabelecida no Decreto nº 11971 de 21 de janeiro de 2013, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **RODO VIAS TINTAS E SINALIZAÇÃO VIARIA EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 11.607.641/0001-25 estabelecida no Município de Colinas/RS, na Rua Parobé, nº 355, CEP: 95895-000, neste ato representada pelo Sr. Jeremias Basso Jacobs, na qualidade de Gerente Administrativo, portador do RG nº 5083794817, doravante denominado **CONTRATADA**, de conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico nº 060/2015 – Sistema de Registro de Preço, celebram a presente **Ata de Registro de Preço** de acordo com a Lei nº 10.520/2002, dos decretos Municipal nº 9.329/2006, nº 9.294/2006, nº 9.546/2007, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, bem como os termos constantes no Edital, referente ao Processo acima citado, para registrar preço de **material de consumo – aquisição de material de sinalização e dispositivos para fiscalização**, consoante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I - DO OBJETO**

1. O objeto do presente Termo é o Registro dos Preços de **aquisição de material de consumo – aquisição de material de sinalização e dispositivos para fiscalização, destinado à secretaria SMMUA**, conforme descrição constante do ANEXO V do Edital.

2. A existência de preços registrados não obriga o **MUNICÍPIO** a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, de acordo com o art. 7º, do Decreto Municipal 9.294/2006.

**CLÁUSULA II - DO PREÇO**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

1. O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.
2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administrativos, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

### **CLÁUSULA III - DO REAJUSTE DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

1. Os itens adquiridos, oriundos do Registro de Preços não poderão ter seus preços reajustados, após 12 (doze) meses a contar da data da apresentação da proposta.
2. Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão ser reajustados nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador.
3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Comissão de Registro de Preço de cada Secretaria do Município, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.
4. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.
5. O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.
6. O procedimento para eventuais solicitações de alteração de preços é o que segue: Processo protocolado no Protocolo de cada Secretaria do Município, com todos os documentos de que trata o item 3, acima .
7. Independentemente do disposto no item 3, a Comissão Registro de Preços poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial de Rio Grande.

### **CLÁUSULA IV - DOS PRAZOS**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

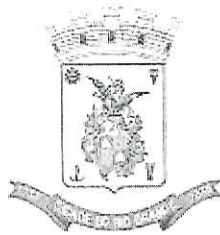
1. O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Gabinete de Compras, Licitações e Contratos – GCLC, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Rio Grande.
2. O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contado da assinatura da presente ata.
3. Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será solicitado pela unidade requisitante, não podendo, todavia, ultrapassar 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor.

#### **CLÁUSULA V - DOS PAGAMENTOS**

1. O pagamento de cada compra será efetuado após o recebimento do objeto do contrato, dentro dos 30 dias.
2. No caso de atraso no pagamento, o valor poderá ser corrigido e o índice de atualização financeira será o IGP-M (FGV) mensal incidente pro rata die desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento. No caso de extinção do IGP-M (FGV), será utilizado outro índice que o Governo Federal determinar para substituí-lo.
3. A contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso as Notas Fiscais/Faturas contenham vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento.

#### **CLÁUSULA VI - DA CONTRATAÇÃO**

1. A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sem se caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do Registro preferência em igualdade de condições, de acordo com o art.7º, do Decreto Municipal 9.294/2006.
2. As obrigações decorrentes do fornecimento de bens constantes do registro de preços a serem firmadas entre o MUNICÍPIO DO RIO GRANDE e o FORNECEDOR serão formalizadas através de termo de compromisso - TCRP, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.
3. O MUNICÍPIO DE RIO GRANDE poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por Notas de Empenhos, nos casos de compra com



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do § 4º, do artigo 62, da Lei 8.666/93.

4. Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.

5. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o MUNICÍPIO poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com as solicitadas pelo MUNICÍPIO, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6. Os pedidos de fornecimento deverão ser formalizados pela Comissão de Registro de Preços de cada Secretaria do Município.

7. As regras estabelecidas neste Termo de Registro de Preços serão o regramento das obrigações contratuais decorrentes da Nota de Empenho.

#### **CLÁUSULA VII - DA ENTREGA E DO TERMO DE RECEBIMENTO**

1. O objeto será recebido provisoriamente por servidor designado pela Secretaria solicitante onde deve ser efetuada a entrega.

2. Caso o produto não corresponda ao exigido pelo Edital, consoante subitem anterior, o FORNECEDOR deverá providenciar imediatamente a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, no Decreto Municipal 9294/06, na Lei 8.666/93.

A contratação somente será considerada concluída mediante a emissão de TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, expedido pela Comissão de Recebimento de Materiais ou por servidor designado por cada Secretaria do Município.

3. O prazo para a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO será de 3 (três) dias úteis, contado do recebimento provisório.

4. Caso o produto não corresponda ao exigido pelo Edital, consoante subitem anterior, o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de até 10 (dez) dias, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, no Decreto Municipal 9294/06, na Lei 8.666/93.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

5. O FORNECEDOR deverá entregar os bens no local determinado no anexo I.
6. As entregas deverão ser realizadas no prazo estabelecido no anexo I – Termo de Referência.
7. O prazo estabelecido no item 6, não será aceito sob hipótese alguma prorrogação de prazo.

## CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar o Termo do Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas, Lei 10.520/02 ou subsidiariamente no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94, a critério da Administração.

2. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), a Administração poderá aplicar, às Detentoras do termo, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

### 2.1 MULTA

**2.1.1 - de 0,3% (três décimos por cento) por dia útil** de atraso na entrega integral, na substituição e/ou na instalação do objeto, aplicável sobre o valor total do Contrato/Nota de Empenho, atualizado, a ser calculada desde o primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 10 (dez) dias úteis.

**2.1.2 - de 15% (quinze por cento)** no caso de atraso na entrega integral, na substituição, e/ou na instalação do objeto no prazo superior a 10 (dez) dias úteis e limitado a 20 (vinte) dias úteis, bem como de **inexecução parcial** do Contrato / Nota de Empenho e/ou **subcontratação** não autorizada no Edital, aplicável sobre o valor total do Contrato / Nota de Empenho, atualizado.

**2.1.3 - de 25% (vinte e cinco por cento)** no caso de atraso na entrega integral, na substituição e/ou na instalação do objeto transcorridos 21 (vinte e um) dias úteis do prazo estabelecido no Contrato / Nota de Empenho, bem como de **inexecução total do Contrato** e/ou **subcontratação total do objeto** do Contrato / Nota de Empenho, aplicável sobre o valor total do Contrato / Nota de Empenho, atualizado.

**2.1.4 - A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

**2.1.5** - As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 10.520/02, 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

**3** - A ocorrência das hipóteses previstas nos subitens **2.1.2 e 2.1.3** desta Cláusula, além da aplicação da multa poderão ser aplicadas sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8666/93, conforme segue:

**3.1** - Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de um (1) ano no caso de inexecução parcial do contrato;

**3.2** - Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de dois (2) anos no caso de inexecução total do contrato;

**3.3** - Suspensão de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

#### **CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78 da Lei 8.666/93.

2. Caso o MUNICÍPIO não se utilize de prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo das incidências das sanções previstas no Edital, no Decreto Municipal 9.294/06, na Lei 8.666/93.

3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no art. 79 da Lei 8.666/93.

4. O FORNECEDOR reconhece os direitos do MUNICÍPIO, nos casos de rescisão previstas nos artigos. 77 e 80 da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

1. O registro do FORNECEDOR poderá ser cancelado, garantida prévia defesa, no prazo de cinco (5) dias úteis, a contar do recebimento da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

notificação, nas seguintes hipóteses:

I - pelo MUNICÍPIO, quando:

- a) o FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou Termo de Registro de Preços;
- b) o FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o termo decorrente do registro de preços;
- c) o FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa, de termo decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883, de 06 de julho de 1994;
- d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- e) por razões de interesse público, devidamente fundamentado, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

II - pelo **FORNECEDOR**, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços.

- 2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.
- 3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no inciso I do item 1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.
- 4. No caso do FORNECEDOR encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial do Município, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.
- 5. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do Registro de Preço, não o desobriga do fornecimento dos produtos, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de trinta dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório e na cláusula VIII, deste Termo, caso não aceitas as razões do pedido.
- 6. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

**CLÁUSULA XI – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA AUTORIZAÇÃO**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

**PARA AQUISIÇÕES DE BENS COM PREÇOS REGISTRADOS.**

1. Servirão de cobertura às contratações oriundas do Termo de Registro de Preços os recursos orçamentários das Secretarias do Município que aderiram ao registro, havendo necessidade, por determinação do Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos do Rio Grande poderão ser utilizados recursos orçamentários de outras Secretarias que não aderiram o Registro.
2. As aquisições do objeto do presente Termo de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos ou a quem delegar competência.

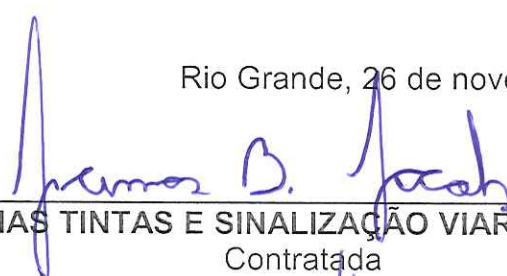
**CLÁUSULA XII - DO FORO**

1. Fica eleito o Foro da cidade de Rio Grande/RS, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Termo, nota de empenho, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

**CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

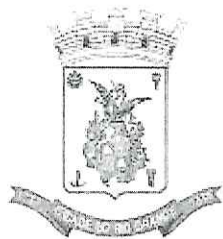
1. Integram este Termo, o Edital de Pregão Eletrônico nº 060/2015 para Registro de Preços e a proposta da empresa RODO VIAS TINTAS E SINALIZAÇÃO VIARIA EIRELI - ME, classificada em 1º lugar, no Grupo 01, desta licitação.
2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10520/2002 e suas alterações posteriores, pelos Decretos Municipais nº 9.329/2006 e nº 9.546/2007 e nº 9.294/2006 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

Rio Grande, 26 de novembro de 2015.

  
RODO VIAS TINTAS E SINALIZAÇÃO VIARIA EIRELI - ME  
Contratada

  
\_\_\_\_\_  
**Edson Gomes Lopes**  
Secretário de Município de Mobilidade Urbana e Acessibilidade

  
\_\_\_\_\_  
**Ademir Giambastiani Casartelli**  
Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

**DESCRIÇÃO DOS ITENS**

| Nº | Item   | Descrição                                                                                                                                                                                                                                          | Unidade | Quant. |
|----|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|--------|
| 01 | 283114 | MICROESFERA DE VIDRO PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA TIPO-II - B, NÚMERO 40, CONFORME ABNT-NBR 5734. SACOS COM 25 KG                                                                                                                                       | Unidade | 150    |
| 02 | 283123 | SOLVENTE PARA TINTA A BASE DE RESINA ACRÍLICA, BALDE COM 18 LITROS                                                                                                                                                                                 | Unidade | 150    |
| 03 | 283110 | TINTA A BASE DE RESINA ACRÍLICA, EMULSIONADA EM SOLVENTE, BALDE COM 18 LITROS, COR AMARELA, PADRÃO ABNT NBR 11862, PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA DE DIVISORES DE PISTAS. DATA DE FABRICAÇÃO COM NO MÁXIMO 30 DIAS NO MOMENTO DA ENTREGA                   | Unidade | 500    |
| 04 | 283113 | TINTA A BASE DE RESINA ACRÍLICA, EMULSIONADA EM SOLVENTE, BALDE COM 18 LITROS, COR AZUL, PADRÃO ABNT NBR 11862, PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA DE RAMPA DE CADEIRANTES E LEGENDAS NAS VIAS. DATA DE FABRICAÇÃO COM NO MÁXIMO 30 DIAS NO MOMENTO DA ENTREGA | Unidade | 100    |
| 05 | 283111 | TINTA A BASE DE RESINA ACRÍLICA, EMULSIONADA EM SOLVENTE, BALDE COM 18 LITROS, COR BRANCA, PADRÃO ABNT NBR 11862, PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA DE DIVISORES DE PISTAS. DATA DE FABRICAÇÃO COM NO MÁXIMO 30 DIAS NO MOMENTO DA ENTREGA.                   | Unidade | 500    |
| 06 | 283109 | TINTA A BASE DE RESINA ACRÍLICA, EMULSIONADA EM SOLVENTE, BALDE COM 18 LITROS, COR PRETA, PADRÃO ABNT NBR 11862, PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA. DATA DE FABRICAÇÃO COM NO MÁXIMO 30 DIAS NO MOMENTO DA ENTREGA.                                           | Unidade | 100    |



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

desclassificação do referido certame.

- Deveram constar no Laudo os seguintes ensaios:
  1. Determinação da massa específica (g/ml);
    - - Mínimo: 0,805 - Máximo: 0,880
  2. Faixa de Destilação (°C):
    - - Mínimo: 105,000 - Máximo: 117,000
  3. Composição química:
    - - Hidrocarbonetos de rápida evaporação
  4. Aspecto:
    - - Líquido límpido e isento de impureza
  5. Benzeno:
    - - Ausência
- As amostras ensaiadas deverão atender aos Requisitos Qualitativos (ensaios) acima especificados, e constar nos Laudos (Certificado de Análise) o atendimento as referidas especificações Técnica quanto aos parâmetros ensaiados.
- Os Laudos (Certificado de Análise) apresentados deverão ser referente à Marca do produto que será ofertado na Proposta de Preços.
- A fiscalização poderá a qualquer momento, coletar amostra dos materiais fornecidos para análise em instituição competente e posterior comprovação das características e parâmetros por esta administração solicitada e especificada.

### 3 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA PARA TINTA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA A BASE DE RESINA ACRÍLICA

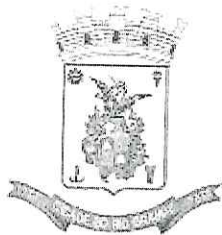
#### 3.0 OBJETIVO

- Esta especificação tem por objetivo estabelecer as características e condições mínimas para Tinta de sinalização viária a base de resina acrílica, que será fornecida para posteriormente ser destinado na Aplicação de sinalização/demarcação Horizontal.

#### 3.1 MATERIAL

- **TINTA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA A BASE DE RESINA ACRÍLICA.**

- 3.1.1 Requisitos quantitativos:
- 3.1.2 Consistência (U.K) de 80 a 95.
- 3.1.3 Estabilidade na armazenagem alteração do consistência (U.K) 5 máximo.
- 3.1.4 Matéria não volátil % em massa: 62,8 mínimo.
- 3.1.5 Pigmento % em massa – 40 mínimo e 50 máximo.
- 3.1.6 Para tinta Branca - dióxido de titânio (TiO<sub>2</sub>), % em massa no pigmento 25-mínima
- 3.1.7 Para tinta Amarela - cromato de chumbo (Pb Cr<sub>2</sub>O<sub>4</sub>) % em massa no pigmento 22- mínimo.
- 3.1.8 Veículo não volátil, % em massa no veículo – 38 mínimo.
- 3.1.9 Veículo total % em massa na tinta: 50 mínimo e 60 máximo.
- 3.1.10 Tempo de secagem "No Pick-Up Time": 20 minutos – máximo.
- 3.1.11 Resistência a abrasão – 80 litros mínimo.
- 3.1.12 Massa específica – 1,30 g/cm<sup>3</sup> mínimo e 1,45 g/cm<sup>3</sup> máximo.
- 3.1.13 Brilho a 60° 20 unidades máximo.
- 3.1.14 A tinta deve ser fornecida para uso e superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.
- 3.1.15 A tinta, logo após abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, natas e grumos.
- 3.1.16 A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicações de nova camada.
- 3.1.17 A tinta deve estar apta a ser aplicada nas seguintes condições: temperatura do ar entre 15° e 35° C / temperatura do pavimento não superior a 40° C umidade relativa do ar até 90% (noventa



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

- por cento).
- 3.1.18 A tinta deve ter condições para se aplicada por máquinas apropriadas e tiver a consistência especificada, sem se necessária a adição de outro aditivo qualquer.
- 3.1.19 Podem ser adicionados no máximo 05% (cinco por cento) de solvente em volume sobre a tinta, compatível com a mesma para acerto de viscosidade.
- 3.1.20 A tinta pode ser aplicada em espessuras, quando úmida, de 0,6mm.
- 3.1.21 A tinta, quando aplicada na quantidade especificada, deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação ao tráfego no período máximo de tempo de 30 (Trinta) minutos.
- 3.1.22 A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor após aplicação no pavimento.
- 3.1.23 A tinta aplicada após secagem física total deverá apresentar plasticidade e características de Retrorefletividade com o seu desgaste natural, pois a tinta possui microesferas de vidro incorporadas em sua formulação, e ainda, produzir película seca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil.
- 3.1.24 A tinta, quando aplicada sobre a superfície betuminosa, não deve apresentar sangria nem exercer qualquer ação que danifique o pavimento.
- 3.1.25 A tinta não deve modificar as suas características (Não podendo apresentar espessamento, coagulação, empedramento ou sedimento que não possa ser facilmente disperso por agitação manual, devendo após agitação, apresentar aspecto homogêneo) ou deteriorar-se, quando estocada, por um período mínimo de 06 (seis) meses após a data de fabricação do material, quando estocada em local protegido de luz solar direta e a temperatura máxima de 30° C, livre de umidade e nunca diretamente no solo.

### 3.2 CONTROLE DE QUALIDADE

- A empresa deverá apresentar juntamente com a PROPOSTA DE FINANCEIRA, Laudos (Certificado de Análise) das Tintas de Sinalização Viária das cores AZUL, PRETA, AMARELA, BRANCA e VERMELHA, comprovando o atendimento a Norma ABNT NBR 11862:2012, o mesmo deve ser emitido por instituição acreditada da ABIPTI ou INMETR, a não apresentação acarretará em desclassificação do referido certame.
- Deveram constar nos Laudos os seguintes ensaios:
  1. Consistência (U.K);
  2. Estabilidade na armazenagem alteração da consistência (U.K);
  3. Matéria não volátil % em massa;
  4. Pigmento % em massa;
  5. Poder de Cobertura;
  6. Veículo não volátil, % em massa no veículo;
  7. Veículo total % em massa na tinta;
  8. Tempo de secagem "No Pick-Up Time";
  9. Resistência a abrasão (litros);
  10. Massa específica g/cm<sup>3</sup>;
  11. Brilho a 60°, Unidade;
  12. Flexibilidade (cilíndrico);
  13. Sangramento;
  14. Resistência a água;
  15. Resistência ao calor;
  16. Breu e derivados;
  17. Identificação do veículo não volátil;
  18. Resistência ao Intemperismo, 400 horas;
  19. Coordenadas cromáticas.
- As amostras ensaiadas deverão atender a Norma Técnica ABNT NBR 11862:2012, e constar nos Laudos (Certificado de Análise) o atendimento da referida Norma Técnica quanto aos parâmetros ensaiados.
- Os Laudos (Certificado de Análise) apresentados deverão ser referente à Marca do produto que será ofertado na Proposta de Preços.
- A fiscalização poderá a qualquer momento, coletar amostra dos materiais fornecidos para análise em instituição competente e posterior comprovação que a tinta fornecida atende à Norma ABNT NBR 11862:2012.